

**XXXI CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI BRASÍLIA - DF**

**DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E
SOCIOAMBIENTALISMO II**

THAIS JANAINA WENCZENOVICZ

MARCIA ANDREA BÜHRING

LINIA DAYANA LOPES MACHADO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydée Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E SOCIOAMBIENTALISMO II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Thais Janaina Wenczenovicz, Marcia Andrea Bühring, Linia Dayana Lopes Machado – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-037-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: UM OLHAR A PARTIR DA INOVAÇÃO E DAS NOVAS TECNOLOGIAS

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito ambiental e agrário. 3.

Socioambientalismo. XXXI Congresso Nacional do CONPEDI Brasília - DF (3: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXXI CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA - DF

DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E SOCIOAMBIENTALISMO II

Apresentação

Os artigos científicos reunidos no GT de "Direito Ambiental, Agrário e Socioambientalismo II" trazem análises aprofundadas sobre questões ambientais, agrárias e socioambientais, abordando desafios contemporâneos e soluções jurídicas. A seguir, apresentam-se temas/resumos que evidenciam os principais aspectos de cada pesquisa, ressaltando suas contribuições para a promoção da sustentabilidade, da equidade e da justiça social. Resumo dos Trabalhos Científicos:

1. Convenção sobre Diversidade Biológica e as Patentes dos Recursos Genéticos da Biodiversidade - Analisa a CDB como o primeiro tratado internacional sobre proteção da biodiversidade, focando na conservação, uso sustentável e repartição justa dos recursos genéticos.
2. Equidade Intergeracional Ambiental e a Afirmação Antropocentrista : uma afronta aos direitos humanos e ambientais? - Explora a equidade intergeracional ambiental, discutindo o conceito de antropocentrismo alargado e sua eficácia na proteção ecológica e nos direitos humanos.
3. Em Meio às Águas Turvas da Cidade de Mariana (MG): O Deslocamento Forçado Associado ao Desastre Ambiental e sua Interface com o Direito à Moradia - Estuda o desastre de Mariana, abordando o deslocamento forçado de famílias e a violação do direito à moradia como expressão de direitos humanos fundamentais.
4. Crise Ambiental Como Crise da Racionalidade Moderna: a Capacidade de Resistência das Comunidades tradicionais e Quilombolas em Produção Agroecológica e Práxis Política - Investiga a crise ambiental como reflexo da racionalidade moderna eurocêntrica e a resistência das comunidades tradicionais e quilombolas por meio da agroecologia e do pluralismo jurídico.
5. Café e Desenvolvimento: Impactos Socioeconômicos da Expansão Cafeeira no Brasil e no Cerrado Mineiro - Avalia a evolução da cafeicultura no Brasil, destacando sua contribuição ao desenvolvimento socioeconômico nacional, com foco no Cerrado Mineiro.

6. As Implicações da Lei 14.666/23 no Cenário Jurídico e Social Brasileiro - Examina a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo, enfatizando a formação de jovens líderes empreendedores para promover o desenvolvimento sustentável.

7. Análise sociojurídica quanto aos interesses fundamentais dos animais, investigando acerca do direito dos animais no ordenamento jurídico brasileiro e examinando essa construção pelo viés antropocêntrico e colonial. Por isso, a relevância do estudo é buscar maiores conhecimentos sobre a efetivação e positivação do direito dos animais no Brasil.

8. Práticas ESG e o cooperativismo em cooperativas é marcada por diálogo de valores e princípios

9. Aplicação dos preceitos da Constituição Federal de 1988, no tocante a proteção jurídica do meio ambiente cultural, em comparação com a Constituição do Estado do Amazonas e leis infraconstitucionais, através da pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter descritivo

10. Possíveis soluções existentes ou aventadas, na doutrina e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a respeito dos conflitos jurídicos federativos e socioambientais decorrentes de sobreposição entre áreas protegidas.

11. Legislação e a jurisprudência tratam da figura do comprador de imóvel rural que tenha adquirido imóvel com danos ambientais pregressos.

12. O processo de concentração de terras no Brasil e a construção da legislação fundiária quilombola.

13. A educação patrimonial sob a ótica decolonial dos direitos humanos como resistência contra a injustiça climática.

Excelente leitura.

Organizadoras

Thais Janaina Wenczenovicz

Marcia Andrea Bühring

Linia Dayana Lopes Machado

CAFÉ E DESENVOLVIMENTO: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA EXPANSÃO CAFEIEIRA NO BRASIL E NO CERRADO MINEIRO

COFFEE AND DEVELOPMENT: SOCIOECONOMIC IMPACTS OF COFFEE EXPANSION IN BRAZIL AND THE CERRADO MINEIRO

Ramon De Souza Oliveira ¹

Jordana Cristhina Ribeiro Gomes Nogueira ²

Cleonice Borges de Souza ³

Resumo

Este estudo investiga a evolução da cafeicultura no Brasil, desde sua introdução no século XVIII até a recente expansão na região do Cerrado Mineiro. A pesquisa examina as transformações socioeconômicas que ocorreram ao longo desse período, destacando como o café se tornou um dos principais produtos agrícolas do país e impulsionou o desenvolvimento econômico nacional. Utilizando os métodos hipotético-dedutivo, exploratório, bibliográfico e análise documental, o estudo busca responder à seguinte pergunta problema: "De que forma a expansão da cafeicultura no Brasil, culminando na exploração do Cerrado Mineiro, impactou a estrutura socioeconômica do país entre os séculos XIX e XXI?" A análise aborda as mudanças na dinâmica produtiva, as políticas públicas que incentivaram a ocupação agrícola de novas regiões e os impactos econômicos e sociais dessa expansão. Em particular, o Cerrado Mineiro é destacado como um polo produtor moderno e tecnicamente avançado, que contribuiu para a consolidação do Brasil como líder global no mercado de café. Embora ainda em desenvolvimento, este estudo pretende fornecer contribuições relevantes para o entendimento das complexas relações entre agricultura, economia e sociedade no Brasil, com implicações para futuras políticas de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Cafeicultura, Expansão agrícola, Cerrado mineiro, Desenvolvimento socioeconômico, Brasil

Abstract/Resumen/Résumé

This study investigates the evolution of coffee cultivation in Brazil, from its introduction in the 18th century to the recent expansion in the Cerrado Mineiro region. The research examines the socioeconomic transformations that occurred during this period, highlighting

¹ Graduado em Direito pela PUC- Goiás, Administração Pública pela UFG e Geografia (licenciatura) pela Estácio, Mestre em Direito pela UCB e em Geografia pela UFG, doutorando em Agronegócio pela UFG.

² Pesquisadora, professora e advogada, com especialização em Direito e Processo Tributário. Possui o título de Mestre em Agronegócio pelo PPGAGRO da UFG e atualmente é doutoranda pelo mesmo programa.

³ Doutora em Ciências Ambientais (UFG), Mestre em Agronegócios (Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), graduada em Administração (PUC-GO). Docente efetiva no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da UFG.

how coffee became one of the country's main agricultural products and fueled national economic development. Employing hypothetical-deductive, exploratory, bibliographic, and document analysis methods, the study seeks to answer the following research question: "How did the expansion of coffee cultivation in Brazil, culminating in the exploitation of the Cerrado Mineiro, impact the country's socioeconomic structure between the 19th and 21st centuries?" The analysis addresses changes in productive dynamics, public policies that encouraged agricultural occupation of new regions, and the economic and social impacts of this expansion. In particular, the Cerrado Mineiro is highlighted as a modern and technically advanced production hub that has contributed to Brazil's consolidation as a global leader in the coffee market. Although still in development, this study aims to provide significant contributions to the understanding of the complex relationships between agriculture, economy, and society in Brazil, with implications for future sustainable development policies.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Coffee cultivation, Agricultural expansion, Cerrado mineiro, Socioeconomic development, Brazil

INTRODUÇÃO

O café, desde sua origem na Etiópia até sua expansão global, tornou-se um elemento central na história econômica e social de muitas regiões, especialmente no Brasil. A trajetória do grão no território brasileiro ilustra um processo multifacetado de adaptação, cultivo e expansão que culminou na transformação do país no maior produtor mundial de café. Este estudo se propõe a investigar as transformações socioeconômicas impulsionadas pela cafeicultura no Brasil, com foco nas diversas fases desse desenvolvimento, desde a introdução do café no século XVIII até a consolidação da região do Cerrado Mineiro como um importante polo produtor.

A pergunta problema que norteia esta pesquisa é: "De que forma a expansão da cafeicultura no Brasil, culminando na exploração do Cerrado Mineiro, impactou a estrutura socioeconômica do país entre os séculos XIX e XXI?" A investigação busca compreender como o cultivo do café influenciou as mudanças nas dinâmicas econômicas e sociais nas diferentes regiões brasileiras, com ênfase nas peculiaridades da recente expansão da cafeicultura na Região do Cerrado Mineiro.

Para responder a essa questão, será aplicado o método hipotético-dedutivo, formulando hipóteses sobre o papel do café no desenvolvimento econômico do Brasil e testando-as por meio de análises históricas e econômicas. O estudo exploratório será essencial para entender o contexto histórico e as transformações específicas que ocorreram em cada fase da expansão cafeeira, desde o Vale do Paraíba até o Cerrado Mineiro. A revisão bibliográfica permitirá a identificação dos principais trabalhos acadêmicos e historiográficos que abordam a evolução da cafeicultura no Brasil, especialmente a transição para o Cerrado Mineiro, que marca a última grande etapa de expansão dessa atividade.

Além disso, a pesquisa documental está focada em textos doutrinários e legislações que influenciaram a expansão da cafeicultura no Brasil. Este método permitirá identificar as políticas públicas e os incentivos econômicos que foram decisivos para a ocupação agrícola do Cerrado Mineiro, destacando como essa região se tornou uma área de produção altamente eficiente e tecnicamente avançada.

Por fim, a análise dos dados coletados permitiu uma atenção especial ao impacto socioeconômico da expansão da cafeicultura no Cerrado Mineiro, analisando como essa última etapa de cultivo contribuiu para a modernização do setor e o fortalecimento da competitividade internacional do café brasileiro. Serão comparados os diferentes períodos históricos e as

mudanças observadas na estrutura econômica e social do Brasil, destacando o papel do Cerrado Mineiro como o novo epicentro da produção cafeeira nacional.

1 ORIGEM E EXPANSÃO DO CAFÉ NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O provável país de origem do café é a Etiópia, nação localizada na região nordeste do continente africano. O café, assim como o açúcar branco, são dois produtos cuja origem de comercialização remonta ao expansionismo europeu. A diferença cronológica é de um intervalo de mais de duzentos anos. No caso do açúcar branco, esse fato ocorreu durante o século XIII. Já em relação ao café, o primeiro registro é datado do século XV (Del Priore, 2016).

No início, o café chegava ao continente europeu através das rotas comerciais marítimas vindas do Mediterrâneo. Já por volta do século XVI, "o grão era encontrado com maior frequência nas butiques das cidades de Veneza, em 1615, da Suécia, em 1674, em Paris e Londres, na primeira metade do século XVII, entre os anos de 1749 e 1750" (Del Priore, 2016, p. 51).

Entre o século XVI e a primeira metade do XVIII, o café foi considerado um produto exótico. Nesse período, o grão consolidou-se como uma bebida restrita aos consumidores de café urbanos. A população europeia, naquela época, oscilava entre 80% e 90% de moradores de áreas rurais (Camargo; Camargo, 2001). Essa bebida, por um longo período, manteve-se com baixo volume de consumo, preço altamente elevado e acesso restrito a um pequeno grupo de admiradores.

A fase da popularização do consumo do café na Europa ocorreu, tão-somente, nas primeiras décadas do século XIX. Os consumidores europeus acolheram, rapidamente, essa nova bebida, de sabor excêntrico, intenso e marcante (Camargo; Camargo, 2001). Neste sentido, em curto espaço de tempo, ocorreu um aumento substancial de milhares de admiradores de café, disputando, inclusive, a preferência com outras bebidas mais tradicionais do continente, tais como: chás, vinhos, cervejas e as bebidas espirituosas¹. A aceitação do café, no entanto, foi um verdadeiro sucesso, desencadeando o surgimento de uma nova "moda de consumo" (Del Priore, 2016).

O café é uma rubiácea, ou seja, uma planta especial que apresenta um ciclo fenológico de dois anos (Camargo; Camargo, 2001). Essa planta possui uma relativa facilidade de

¹ Deriva do vocábulo latino *spiritus*, que significa valor ou vontade, portanto, equivalente a espírito. Essas bebidas eram utilizadas em rituais religiosos durante a Idade Média. São exemplos: whisky, a vodka, o rum, diversos aguardentes, o anis, o gim, o pisco e a tequila (Del Priore, 2016, p. 52).

adaptação a diversas regiões do planeta, favorecendo, assim, a sua inserção em diferentes microrregiões, culturas e continentes. A espécie mais propagada foi a *coffea arábica*, ou cafeeiro arábica, que para o seu desenvolvimento requer a soma dos seguintes fatores: áreas relativamente elevadas e úmidas, com temperatura anual variando entre 20 e 25 graus (Camargo; Camargo, 2001). A única restrição imposta refere-se ao cultivo do grão, devendo, no entanto, evitar ao máximo o plantio de mudas ou sementes de café em solos muito secos ou alagados.

Durante a fase do expansionismo europeu, várias amostras de café foram levadas pelos colonizadores do Velho Mundo para as inúmeras colônias da América do Sul, América Central e Ásia. O pioneirismo dessa ação é atribuído à Holanda que, a partir de 1696, levou alguns exemplares da rubiácea para a Ásia (Del Priore, 2016). Desse país foram levadas algumas mudas de café para Java, e posteriormente, para Sumatra, Timor Leste e, por fim, para algumas ilhas orientais. As cargas iniciais contendo o grão colhido e destinado à comercialização, no entanto, só “chegaram em Amsterdã por volta de 1710” (Del Priore, 2016, p. 52).

Nessa mesma linha de raciocínio, Prado Júnior (1985, p. 116) analisa o papel desempenhado pela Holanda e pela Inglaterra durante o século XVIII junto ao mercado cafeeiro mundial:

[...] o comércio cafeeiro também sentirá o influxo deste novo equilíbrio de forças. Os grandes produtores tinham sido, até então, as Índias Ocidentais sob o domínio direto ou indireto da Inglaterra; e a Insulásia, em particular Java e Sumatra, colônias neerlandesas. Os centros controladores do comércio internacional do café eram por isso Londres e Amsterdã — este último com sua conhecida ligação e dependência do primeiro.

Entre os anos de 1715 e 1721, os franceses cultivaram algumas plantas de café nas colônias da América do Sul e América Central (Prado Júnior, 1985). Os primeiros cafezais foram plantados nas áreas que pertencem atualmente aos países do Suriname e da Guiana Francesa. Além disso, algumas mudas foram levadas para as Ilhas de São Domingos e Guadalupe.

A chegada do café no Brasil ocorreu durante o século XVIII, embora exista uma corrente minoritária que afirma, no entanto, que isso teria ocorrido, provavelmente, durante o ano de 1673. Segundo Macedo (1673, p. 87), em sua obra “No discurso sobre os gêneros para o comércio que há em Maranhão e Pará”, relata a existência de plantas de café na região da floresta amazônica brasileira. No entanto, a abordagem mais aceita está “vinculada ao fato histórico ocorrido por volta de 1727 na província do Pará” (Del Priore, 2016, p. 54).

De acordo com os relatos históricos obtidos por Del Priore (2016), durante o ano de 1727, foram organizadas diversas incursões militares comandadas pelo paranaense Francisco de Melo Palheta, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Após o fim dessas expedições e com o retorno do mesmo à cidade de Belém do Pará, o sargento-mor trouxe consigo, de forma clandestina, em sua bagagem, algumas sementes de café. Segundo a historiadora, a origem das primeiras mudas de café em território brasileiro teria derivado, portanto, desse ato por ele realizado. Após essa experiência registrada no Pará, algumas sementes do grão foram levadas para o Maranhão e, de lá, se espalharam para outras regiões do país. Dessa forma, conclui-se que uma das principais *commodities* brasileiras tem sua origem nacional atribuída a uma polêmica ligada à biopirataria.

De acordo com Lacerda et al., (2010), o café percorreu um longo itinerário até chegar ao Brasil. De origem na Abissínia (Etiópia), localizada no continente africano, a rubiácea percorreu os territórios europeus, asiáticos e americanos, e, por fim, no século XVIII, chegou ao solo brasileiro. O café adaptou-se perfeitamente ao nosso solo, que apresentava características territoriais e climáticas favoráveis ao desenvolvimento dessa lavoura em larga escala. Mas foi a partir da independência do país que ocorreu o aumento da produção do grão e a expansão da economia cafeeira, conforme transcrição a seguir:

[...] o café, proveniente da Abissínia, passou pela Europa antes de atingir a América e chegou ao Brasil na primeira metade do século XVIII. Adaptando-se perfeitamente ao nosso solo e sendo plantado e consumido como bebida no país, causou grande expansão na economia brasileira depois da Independência. (Lacerda et al., 2010, p. 44).

O plantio do café nessa fase inicial era destinado exclusivamente ao consumo doméstico. Após a experiência do cultivo do grão em solo maranhense, algumas mudas de café foram levadas pelos frades capuchinhos para a capitania do Rio de Janeiro. No entanto, esses religiosos passaram a cultivar a rubiácea nos quintais dos mosteiros cariocas, restringindo o acesso ao produto apenas aos frequentadores dessa casa religiosa (Del Priore, 2016).

Na capitania do Ceará, foi registrada uma experiência singular: a pedido de Furna Uchoa, conhecido como Capitão-mor do café, algumas mudas da rubiácea foram trazidas do Jardim des Plantes, localizado em Paris, França, para o Brasil. Ao chegar ao nordeste brasileiro, as plantas foram inseridas na Serra da Meruoca, no sertão cearense (Del Priore, 2016).

No entanto, a finalidade inicial demonstrada pelos pequenos lavradores era promover, com isso, a expansão gradativa dessa cultura em todo o território nacional. As outras capitanias que receberam sementes foram, respectivamente, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás.

De acordo com Prado Júnior (1985), durante o século XVIII, dois fatores fundamentaram o processo inicial de expansão socioespacial do cultivo do café no Brasil: a natureza geográfica e o processo de esgotamento e declínio de algumas culturas tradicionais brasileiras, como a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco. Em relação ao primeiro fator, ele se justifica pelo itinerário percorrido pelo grão no território nacional. Inicialmente, a rubiácea foi introduzida na Região Norte e, após algumas experiências pouco bem-sucedidas, o café migrou para a Região Centro-Sul do país, onde se adaptou perfeitamente, expandiu as áreas de cultivo e, por fim, desencadeou uma revolução socioeconômica. O outro fator foi o declínio das lavouras tradicionais, que perderam sua importância no mercado mundial e foram substituídas quase que exclusivamente pelo café, conforme o fragmento a seguir:

[...] dois fatos (aliás, intimamente relacionados) a constituem; um de *natureza geográfica*: é o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul (o Rio de Janeiro e partes limítrofes de Minas Gerais e São Paulo). Outro é a *decadência das lavouras tradicionais do Brasil — da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco —*, e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira. (Prado Júnior, 1985, p. 114). (Grifos do autor).

No que se refere à primeira técnica agrícola que foi muito adotada e propagada entre os pequenos lavradores no cultivo do café em território brasileiro, destaca-se o método que ficou conhecido como sítio volante. De origem indígena, consistia em usar uma pequena porção de terra localizada no interior da mata para a plantação de uma determinada cultura agrícola por um período curto e transitório. Após realizada a primeira colheita, o local era abandonado e, portanto, não voltava a ser utilizado. O resultado dessa prática fomentou a origem dos primeiros cafezais localizados em São Paulo. Nesse sentido, Del Priore (2016, p. 55) sinaliza que:

[...] os pequenos produtores trabalhavam com a família ou com alguns escravos, plantando conjuntamente café, milho, arroz e feijão. Por vezes, a terra era abandonada após a primeira colheita, e a nova área ocupada não voltava a desenvolver a rubiácea. Tal inconstância revelava uma lavoura caprichosa, exigente de trabalho e paciência. Bem ou mal – e à custa de muito ensaio e erro –, criou-se uma cultura cafeeira, na qual as técnicas utilizadas na secagem do arroz, moagem do milho e trituração da cana eram reutilizadas com novo sentido.

As primeiras exportações brasileiras de café foram registradas apenas no final do século XVIII. Os dados referentes às saídas do grão verde para o mercado externo indicam que, durante esse período, a produção destinada ao exterior foi de apenas 1,5 toneladas de café, ou cerca de 1,8% do total de todas as exportações anuais relativas ao período do Brasil Império. No que se refere ao açúcar branco, principal produto destinado ao mercado externo nessa época, os volumes de negócios correspondiam a um total de 18 mil toneladas (Del Priore, 2016, p. 54).

Os principais produtos agrícolas brasileiros que foram cultivados durante o século XVIII são: algodão, ouro e diamantes, drogas do sertão, cana-de-açúcar e pecuária, todos destinados à corte europeia.

Os volumes iniciais das exportações de café brasileiro durante as primeiras décadas do século XVIII se mantiveram irrisórios por um longo período, sendo que o café ainda não estava inserido entre os principais produtos destinados à exportação (Prado Júnior, 1985). Foi a partir desse período que se estabeleceu a formação da primeira rede de compradores e consumidores do grão nacional. Entre os anos de 1796 e 1800, os países que mais adquiriram esse produto foram, respectivamente, Inglaterra, França, Itália, Holanda, Espanha, Dinamarca, Suécia, Rússia e os Estados Unidos (Del Priore, 2016).

Todos esses países citados tinham acesso ao café brasileiro apenas por meio do mecanismo de reexportação, administrado por Portugal. O baixo volume de produção, somado à grande dificuldade em encontrar o produto tanto no mercado local quanto no global, desencadeou um aumento descontrolado dos preços do grão destinado à exportação. Os norte-americanos, nessa época, conseguiram comprar apenas um volume inicial de 30 quilos de café, uma quantidade irrisória, tendo em vista a demanda interna do país (Del Priore, 2016).

No entanto, em curto espaço de tempo, os EUA se tornaram o principal importador e consumidor do café brasileiro, permanecendo nessa posição até os dias atuais. Alguns fatores contribuíram para o surgimento e a consolidação dessa relação comercial entre esses dois países, como: a) a posição geográfica privilegiada, afinal, a distância entre as duas nações é de apenas 7.312 km; b) a existência, nesse período, de uma demanda retraída e favorável ao consumo de café no mercado interno estadunidense; c) os EUA demonstraram ser um consumidor em potencial de mais de 50% do grão importado do Brasil, conforme a transcrição a seguir:

[...] os Estados Unidos, grandes consumidores de café, voltar-se-ão [...] para os novos produtores [...]. Em particular o Brasil, favorecido além do mais, com relação a eles, pela sua posição geográfica. A produção cafeeira encontrará nos Estados Unidos um dos seus principais mercados; em meados do século, quando o café se torna o grande artigo de exportação brasileira, aquele país absorverá mais de 50% dela. E essa porcentagem ainda crescerá com o tempo. (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 160).

A lavoura de café adaptou-se perfeitamente às vastas regiões agrícolas do estado de São Paulo. Inicialmente, a expansão dessa cultura foi direcionada para o vale do Paraíba, conforme descrição que se segue:

[...] outro setor para onde se dirige a expansão paulista é o vale do Paraíba. É uma velha zona ocupada desde o início da colonização e por onde transita o caminho que leva às Minas Gerais. Ao longo desse caminho se tinham formado núcleos importantes, como Taubaté, que teve casa de fundição onde o ouro de Minas Gerais foi a princípio quintado. Essa região, que acompanhou na decadência o resto da

capitania, também se refaz em fins do século XVIII e se estende para leste, além do ponto que a colonização atingira no passado, e que parava em Guaratinguetá. Não havia ali senão um caminho pouco trafegado que conduziu para o Rio de Janeiro. A expansão paulista invadirá territórios que embora desocupados pertenciam a essa última capitania; e a jurisdição das autoridades administrativas de São Paulo, acompanhando este movimento, acabará levantando protestos do vice-rei que governava no Rio. Isso se deu quando é fundada, em 1788, a Vila Nova de Lorena, hoje cidade deste nome. *Mas a expansão paulista não se interrompeu com esses protestos. Estender-se-á muito adiante, e se consolidará com a posse definitiva da região. No momento que nos ocupa, já se começava aí a cultivar o café, e ela se tornará sob o Império uma das principais zonas produtoras do gênero no país.* (Prado Júnior, 2011, p. 85-86). (Grifos do autor).

Nos relatos mencionados anteriormente, o autor destaca a importância da região do Vale do Paraíba para o Brasil, desde o período da colonização portuguesa até o Império. Essa região acompanhou alguns dos principais acontecimentos do país, conheceu a prosperidade do ciclo do ouro nas Minas Gerais e, em seguida, o declínio da exploração desse metal. No entanto, a partir do final do século XVIII, ocorreu o renascimento econômico do Vale do Paraíba, marcado pela expansão das lavouras de café nessa área. Em pouco tempo, sob a influência imperial, essa região tornou-se a principal zona produtora de café do país.

Nesse sentido, conforme afirmou Prado Júnior (1985), o primeiro centro da lavoura cafeeira no Brasil foi a região do Vale do Rio Paraíba. Historicamente, ao longo das décadas, a cafeicultura brasileira mudaria de paisagens e dinâmicas socioespaciais. O que de fato permaneceu dessa fase inicial de expansão foi a alternância entre três estados: São Paulo, Paraná e Minas Gerais, que se revezaram na busca pela liderança na produção do grão no país. O autor destaca, a seguir, os elementos que se constituíram como favoráveis para o desenvolvimento do cultivo do café nessa região entre o final do século XVIII e o início do XIX:

[...] o primeiro grande cenário da lavoura cafeeira no Brasil é o vale do rio Paraíba, no seu médio e depois alto-curso. As condições naturais são aí esplêndidas. Uma altitude que oscila entre 300 e 900m mantém a temperatura, embora em latitude tropical, dentro dos limites ideais para a planta, e regulariza as precipitações. Região muito acidentada, não lhe faltam encostas bem protegidas contra o vento (fator importante numa planta arbustiva de grande porte como o cafeeiro) e convenientemente expostas. A mata virgem que a revestia deu solos magníficos. O vale do Paraíba tornou-se assim um grande centro condensador de lavouras e de população; em meados do séc. XIX reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira. Subindo pelo rio, os cafezais invadem e ocupam largamente a parte oriental da província de São Paulo. Tomam-lhe também a vertente setentrional, estendendo-se pela região fronteira de Minas Gerais. (Prado Júnior, 1985, p. 118).

Portanto, foi a partir da soma de fatores, tais como altitude, temperatura, vasta área disponível para a produção do grão e solos férteis, que o Vale do Rio Paraíba se tornou uma região com grande potencial para o desenvolvimento da cafeicultura brasileira. Seu apogeu

ocorreu, dessa forma, durante o século XIX, quando essa região conseguiu concentrar a maior parcela de geração de riquezas do país.

1.2 A EXPLOSÃO DO CONSUMO DO CAFÉ VERDE NO SÉCULO XIX

O século XIX é considerado o marco inicial para a consolidação do consumo de café em nível global. No continente europeu, os médicos discutiam o uso contínuo da bebida em tratamentos médicos preventivos e associados a distúrbios de concentração. O consumo regular era indicado aos trabalhadores urbanos submetidos às rotinas exaustivas de trabalho nas novas fábricas que surgiram a partir da Revolução Industrial.

Em relação ao Brasil, a partir desse século ocorreu a proliferação de diversas fazendas de café. Nos séculos anteriores, o grão era cultivado em roças ou no fundo de quintais, dando origem às seguintes denominações terminológicas: “cafés de quintais” ou “café da roça”, ambas expressões muito utilizadas no interior do país.

Para Del Priore (2016, p. 58), o que ocorreu, precisamente, foi um deslocamento em que “o café pulou da roça para a fazenda”, portanto, uma mudança de *locus* que resultaria na formação de um grupo de lavradores prósperos, privilegiados pelo Império e geradores de riquezas. Esse fenômeno, no entanto, apresentou algumas particularidades regionais, dificultando, assim, uma análise mais aprofundada e uniforme.

Esse modelo de produção, baseado na grande fazenda de café, adaptou-se com êxito principalmente nas capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo e, em menor proporção, nas capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo. Nesse processo, Del Priore (2016, p. 58) indica que a motivação para a proliferação de várias fazendas de café é atribuída a um “projeto conservador” que resultou no aumento e aprofundamento das desigualdades regionais e sociais.

Por outro lado, foi a partir desse modelo conservador (escravocrata e latifundiário), baseado nas grandes fazendas de café, que ocorreu o emprego de algumas práticas agrícolas destruidoras de grandes florestas naturais. Segundo Prado Júnior (2011, p. 87), “[...] territórios virgens são devassados e ocupados; novas atividades se iniciam. O café, principalmente, começa sua grandiosa trajetória que transformaria o país no correr do século em curso”.

A técnica agrícola mais utilizada na destruição de florestas, nessa fase, era a coivara. Com o emprego do fogo, só restavam cinzas, e logo em seguida, eram plantadas as primeiras mudas de café em covas abertas no terreno. Foi assim que surgiram as novas frentes de cultivo do grão. A ocupação dessas áreas pela cafeicultura espalhou-se por diversas regiões do país, com maior êxito nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.

Durante a primeira fase da expansão cafeeira, multiplicaram-se os investimentos financeiros direcionados à compra de terras e de mão de obra escravizada para trabalhar nas lavouras de café. Na primeira metade do século XIX, o transporte de mercadorias no Brasil era realizado por tropas de muares, que levavam o grão até o litoral. Cada agricultor tinha seu fornecedor particular, responsável por transportar a mercadoria da fazenda até o porto.

As dificuldades logísticas enfrentadas no escoamento do ouro das Minas Gerais se repetiram com os lavradores de café. Havia muitos obstáculos desde a sede da fazenda até os portos de embarque do grão. Inicialmente, o transporte era realizado por estradas lamacentas e empoeiradas, com relevos serranos e muitas vezes tortuosos. Assim, a construção das primeiras ferrovias no século XIX tornou-se indispensável para o crescimento da produção e o desenvolvimento da cafeicultura no Brasil.

Durante o período do Brasil Império, entre 1863 e 1871, as ferrovias assumiram o protagonismo como a mola propulsora de um novo projeto econômico, agora baseado numa nova riqueza natural denominada "Ouro Verde", que inicialmente se espalhou pelas capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro.

No entanto, a partir da institucionalização desse modelo conservador, baseado nas grandes fazendas de café, as exportações do grão começaram a aumentar significativamente. Em pouco tempo, o café conseguiu dobrar sua capacidade de gerar renda em relação ao açúcar, que até então era o principal produto da pauta de exportações brasileiras.

Em 1790, as divisas referentes ao café representavam apenas entre 1% e 2% de toda a comercialização internacional do Brasil. No final da década de 1830, as exportações brasileiras de café aumentaram significativamente, representando entre 40% e 45% das exportações totais. O café, portanto, promoveu uma profunda revolução na economia agroexportadora do país. A partir desse período, o café começou a substituir outros produtos brasileiros, como o açúcar, o algodão e o tabaco, que já estavam em um processo contínuo de declínio ou estagnação nas vendas para o mercado externo (Del Priore, 2016, p. 58).

O século XIX foi, portanto, um marco histórico na popularização do consumo do café. Durante esse período, o grão passou por transformações significativas, deixando de ser vendido verde e começando a ser torrado e embalado em pacotes. Na Europa, essa bebida era consumida predominantemente nas áreas urbanas. No Brasil, porém, esse processo foi mais lento e por muito tempo o café foi considerado uma bebida típica do interior.

Del Priore (2016) destaca que, com a estruturação desse modelo de produção baseado nas grandes fazendas de café, surgiram no Brasil os dois primeiros grupos de consumidores dessa bebida: os escravos e os trabalhadores livres. A autora descreve como o grão se incorporou

à rotina dos trabalhadores e lavradores cafeeiros, tornando-se parte das refeições diárias, conforme descrito abaixo:

[...] as fazendas também deram origem a novos consumidores da rubiácea. Desde a década de 1830, há testemunhos de que o paladar dos escravos africanos era receptivo ao novo produto. Escravos e trabalhadores livres tomavam café, da manhã até a noite: por volta das cinco horas da manhã, a bebida era adoçada com açúcar mascavo e servida com pedaços de angu frito; às dez horas, acompanhava o feijão, a carne-seca e a mandioca; as 17 horas, jantava-se um prato de pirão de mandioca, com nacos de rapadura, e ingeriam-se os derradeiros goles de café. Nas cidades, a difusão foi mais lenta. Talvez por isso, tenham afirmado Gilberto Freyre, ao escrever sobre o Recife: O café só veio a popularizar-se nos meados do século XIX. Sem dúvida, contribuiu o fato de que só então o produto deixará de ser vendido verde, passando a ser comercializado torrado e em pacotes. (Del Priore, 2016, p. 59-60).

Durante a última década do século XIX, o Brasil vivenciou uma significativa expansão da cultura cafeeira. Um fator externo foi crucial para a proliferação das lavouras de café em território brasileiro: a crise na produção asiática, particularmente no antigo Ceilão, atual Sri Lanka. Nessa época, as plantações de café na ilha enfrentaram severas dificuldades, incluindo doenças que devastaram as plantações, levando a uma grave crise de abastecimento e, em alguns casos, à quase extinção da rubiácea nas principais regiões produtoras.

No Brasil, o final da década de 1890 foi marcado pela elaboração de um "pacote de benefícios" destinado aos cafeicultores, que impulsionou a grande expansão do setor cafeeiro no século XIX. Em síntese, as seguintes ações foram adotadas: (Furtado, 2016, p. 251):

- 1) Crédito financeiro subsidiado para o financiamento da compra de novas áreas destinadas à produção do grão.
- 2) Aumento dos preços do produto em moeda nacional;
- 3) e a utilização do mecanismo de depreciação cambial.

No que se refere às principais consequências dessas medidas, foram registrados, ainda, pelo autor, os seguintes resultados (Furtado, 2006, p. 252 - 253):

- 1) Um aumento substancial na produção do café no país. Entre os anos de 1880-1881, os valores correspondiam a 3,7 milhões de sacas de 60 kg. Já entre 1890-1891, o resultado foi de 5,5 milhões e, por fim, no início do novo século, mais precisamente, entre os anos de 1901-1902, os volumes contabilizados da colheita totalizaram o valor expressivo de 16 milhões de sacas de café (Furtado, 2006, p. 252).
- 2) Ampliação de novas áreas com potencialidade para o cultivo do grão que foram direcionadas, exclusivamente, para a cultura cafeeira.
- 3) O uso de singularidades locais e do típico modo de produção pertencente à localidade. Esses processos foram incorporados gradativamente no cultivo e na lida do grão. O território de produção e o saber fazer, também, foram despertados entre os novos cafeicultores.
- 4) A busca pela integração de novos e variados modais logísticos destinados ao escoamento da produção do café, como as estradas de ferro, portos e o transporte marítimo.

Conclui-se que, durante esse período histórico, existia um número limitado de produtos demandados pelo mercado internacional. No caso específico do Brasil, o gênero que apresentava uma maior vantagem e competitividade no mercado externo era o café.

Deste modo, era inevitável que não ocorresse a proliferação e o aumento da oferta de café no Brasil. A partir desse período, a tendência predominante foi de um crescimento maior que a absorção, tanto por parte da demanda interna como da externa. Nesse sentido, um fator determinante para o crescimento da produção do café é atribuído à “disponibilidade de mão-de-obra e terras subocupadas” (Furtado, 2006, p. 252). Além disso, esse produto ainda apresentava uma vantagem relativa para o mercado global.

Nas últimas décadas do século XIX, a cafeicultura brasileira já enfrentava constantes desequilíbrios entre a oferta e a demanda de café no mercado internacional. Isso decorreu devido ao aumento de inúmeras áreas destinadas à produção do grão. Esse crescimento exponencial se materializou, exclusivamente, nas fronteiras territoriais brasileiras. Por consequência, em um curto espaço de tempo ocorreu uma superprodução do grão. Como consequências negativas que seguiram inúmeras distorções dos preços e das cotações do café no comércio exterior.

Os governos de São Paulo e, posteriormente, o Central, ao fomentarem os pacotes de benefícios direcionados essencialmente aos cafeicultores, desencadearam um fenômeno conhecido como “Efeito Cobra”, ou seja, ao tentar solucionar um problema, na realidade, o que ocorria era um agravamento dele. No entanto, duas crises econômicas internacionais agravaram essa conjuntura de mercado. Referi-me à depressão de 1893 ocorrida nos Estados Unidos da América (EUA) e a de 1897 (FURTADO, 2006). Nessa época, os EUA já eram os maiores importadores do café brasileiro, subjugando a nossa economia aos efeitos das crises norte-americanas.

Entre os anos de 1893 e 1896, começaria a ocorrer uma queda contínua no valor das sacas de café produzidos no Brasil destinados ao mercado externo. Em 1893, a saca era vendida a 4,09 libras e, no ano de 1896, o valor despencou para 2,91. E com a nova depressão de 1897, repetiu-se o declínio dos preços dos grãos, sendo que, nos dois anos seguintes a essa última crise, o preço do grão veio a alcançar, em 1899, o valor de apenas 1,48 libras saca. Nesse sentido, Furtado (2006, p. 253) sinaliza que “[...] os efeitos da crise de 1893 puderam ser absorvidos por meio da depreciação externa da moeda, a situação de extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos, que já existia em 1897, tornou-se impraticável insistir em novas depreciações”.

2 A DEMANDA CAFEIEIRA MUNDIAL E A REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO CAFEIEIRO BRASILEIRO

No início do século XX, o Brasil era responsável por $\frac{3}{4}$ de toda a produção mundial de café. Nesse período, existia uma forte concentração das exportações brasileiras direcionadas quase que exclusivamente para um único produto agrícola, ou seja, o café. Esse produto já representava cerca de 65% de todas as exportações nacionais, o que ocasionou uma alta vulnerabilidade da economia do país em relação às várias flutuações econômicas dos preços do grão no mercado internacional e das constantes crises econômicas mundiais ocorridas desde o final do século XIX.

No entanto, o setor cafeeiro nacional não detinha: a) o controle das decisões estratégicas referentes às políticas de preços do grão no comércio internacional; b) e o acesso às políticas de incentivo à produção e competitividade. Sendo assim, quem detinha o controle eram os países importadores do grão, que acabavam por emitir a palavra final e por determinar os preços do produto (Furtado, 2006).

O Convênio de Taubaté, acordado no ano de 1906, estabeleceu uma série de medidas intervencionistas para o setor cafeeiro. O objetivo inicial visava à constituição de um mecanismo eficiente de amortização dos preços atrelado ao controle dos impactos econômico-financeiros muito comuns nesse período. O acordo de 1906 foi também a primeira iniciativa de valorização do mercado cafeeiro nacional.

Esse convênio foi idealizado na cidade de Taubaté, no estado de São Paulo. No ano de 1906, os principais cafeicultores do país, reunidos com os governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, elaboraram estratégias visando minimizar ou mitigar as constantes quedas dos preços do café no mercado mundial. O acordo estabelecia a utilização de alguns mecanismos intervencionistas no mercado cafeeiro, como: a) a compra de excedentes de produção; b) a retenção de oferta do produto; c) e o desestímulo às novas áreas de plantação do grão. Inicialmente, coube ao governo de São Paulo adotar as primeiras medidas contidas no acordo de 1906. O convênio de Taubaté constituiu-se em um empréstimo de 15 milhões de libras do governo brasileiro para os barões do café.

Os dirigentes do mercado cafeeiro dos três principais estados produtores do grão organizaram-se e, rapidamente, conceberam a ideia de reter parte da produção de café produzido no país, criando, assim, uma oferta artificial do produto. A estratégia consistia em direcionar a oferta de grãos retidos em estoques para a comercialização quando o mercado apresentasse uma melhora significativa de preços, ou seja, quando sobreviesse um aumento do

nível de renda dos principais países importadores. Segundo Furtado (2006), o Convênio de Taubaté consistia, em uma política de valorização com as seguintes características:

Em essência, essa política consistia no seguinte: a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações. (Furtado, 2006, p. 176).

No entanto, posteriormente, coube ao governo central a compra dos excedentes de produção, a retenção da oferta do produto e o desestímulo à expansão da cultura do café em novas áreas do país. Todas essas ações visavam à obtenção do controle da perda cada vez mais crescente e persistente da renda dos cafeicultores. Além disso, era fundamental promover de imediato a diminuição dos estoques de café retidos em armazéns públicos, além de possibilitar a amortização dos prejuízos financeiros decorrentes dos inúmeros subsídios oferecidos aos cafeicultores que, por sinal, resultaram num agravamento da dívida pública líquida do país (Furtado, 2009).

Os idealizadores e os principais gestores do Convênio de Taubaté apenas alcançaram resultados parciais das medidas de valorização da cafeicultura propostas em 1906. Portanto, o pacto manteve, destarte, uma relativa eficiência em relação ao mecanismo de preço criado a partir do acordo de 1906.

Finalizado o primeiro plano de valorização do café, os cafeicultores e o governo brasileiro utilizaram, novamente, o mecanismo de estocagem de café. O segundo plano ocorreu durante a crise de superprodução do café no período da Primeira Guerra Mundial. Já o terceiro plano foi implementado em 1921. Após o ano de 1924, os cafeicultores e o governo brasileiro passaram a articular uma nova política de defesa permanente para a produção e comercialização do café. Os articuladores destas medidas sempre buscaram financiamento externo para a execução desses três planos, mas não lograram êxito, sendo necessário o uso de recursos através de crédito interno ou através da emissão de moeda (Grenaud; Vasconcellos; Toneto Júnior, 2014).

A política de preços mínimos e de estoques reguladores são medidas que foram utilizadas frequentemente pelos governos durante os períodos de crises e dificuldades na agricultura. A estocagem de café é, portanto, uma dessas iniciativas de controle, onde o governo intervém fortemente, comprando e estocando o grão. Já a outra ação governamental adotada é a desvalorização do câmbio com a finalidade de proteger a atividade econômica, assegurando,

por conseguinte, o nível de emprego e de renda das famílias e das empresas (Grenaud; Vasconcellos; Toneto Júnior, 2014).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Café (2016), entre os anos de 1925-1929, a produção de café direcionado à exportação aumentou de 15.761.000 para 28.492.000 sacas 60kg. Nesse intervalo, a produção média entre 1927-1929 foi de 20,9 milhões de sacas e a demanda absorvida durante esses anos pela exportação correspondeu a 14,1 milhões (Grenaud; Vasconcellos; Toneto Júnior, 2014). O ápice da crise de superprodução de café ocorreu no ano de 1929, com uma produção calculada em 28.941.000 sacas e uma exportação de somente 14.281.000.

O governo federal proibiu, entre junho de 1931 até julho de 1944, o plantio de novas mudas de café no Brasil. Nesse período, foram destruídas cerca de 78,0 milhões de sacas de 60 quilos de café (IBGE, 2016).

A partir do ano de 1943, após estudos de melhoramento genético e através do uso da técnica de hibridação natural, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) juntou duas variedades de grãos de café, a Bourbon Vermelho e o Sumatra, e deu origem a uma nova cultivar que ficou conhecida como Novo Mundo. Essa variedade tinha como características principais a alta produtividade e o material genético favorável e competitivo.

A gênese do processo de planificação da cafeicultura está associada ao papel do Instituto Brasileiro de Café (IBC), criado durante o segundo Governo do Presidente Getúlio Vargas (1951-1954). O IBC, instituído em 22/12/1952, pela Lei nº 1.779, visava regulamentar a produção e a exportação de café no Brasil. No ano de 1961, o IBC instituiu internamente o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), com a finalidade de promover a “erradicação de 2 bilhões de cafeeiros antieconômicos, renovação racional das lavouras na proporção de uma para quatro, e diversificação de culturas nas áreas liberadas” (IBC, 1978, p. 9).

Durante o ano de 1959 ocorreu, novamente, uma nova crise de superprodução de café. Entre os anos de 1959 e 1962, os armazéns públicos encontravam-se com excesso de estoque do grão, exigindo, por parte do governo brasileiro, a adoção de medidas drásticas para solução desse impasse. Esses ajustes no mercado cafeeiro resultaram na destruição de mais de 10 (dez) milhões de sacas de 60 (sessenta) quilos de café (Martins, 2010).

A partir da década de 1960, o setor cafeeiro no Brasil passou por uma ampla reforma estrutural. Anteriormente, durante os períodos históricos do Brasil Império até a República Velha, o café prevaleceu como o principal produto brasileiro destinado ao mercado internacional. O país possuía uma economia predominantemente agroexportadora, sendo

subordinado às diversas variações dos preços do café nas cotações das diversas bolsas de valores mundiais. Esse grão foi responsável por garantir a viabilidade e a sustentabilidade da balança de pagamentos por um longo período na economia interna.

A fase de planificação da cafeicultura brasileira tem a sua gênese a partir da década de 1960. O IBC/GERCA ficou responsável institucionalmente pelo processo de modernização e normatização do setor cafeeiro. Essa instituição elaborou as principais políticas públicas que resultaram na nova reconfiguração da cadeia produtiva do café. O IBC/GERCA articulou e propôs uma solução superlativa para o grave problema da constante inelasticidade dos preços do café. Tais medidas, somadas com a tendência constante de fortes geadas nos estados de São Paulo e Paraná, favoreceram o deslocamento socioespacial da cafeicultura brasileira para as outras regiões do território nacional, em especial para áreas de cerrados localizadas em Minas Gerais.

As ações direcionadas à planificação do setor cafeeiro objetivavam a vinculação da cafeicultura brasileira, uma das mais antigas explorações agrícolas nacionais, aos pacotes tecnológicos difundidos pela Revolução Verde. Portanto, O IBC/GERCA, ao elaborar as regras para a execução do projeto da “nova cafeicultura nacional”, estabeleceu como medida obrigatória a adesão dos cafeicultores ao pacote de crédito vinculado. Esse pacote ofertava, além do financiamento, a) o fomento ao uso de novas variedades de café desenvolvidas pelo IAC; b) e a utilização sistemática de fertilizantes, agrotóxicos e de equipamentos modernos para secagem e beneficiamento do grão (Silva; Cortez, 1998, p. 68).

A “nova fase” da cafeicultura brasileira foi fortemente influenciada por parâmetros de gestão e planejamento estratégico, mantendo metas bem delineadas. As medidas visavam ofertar as melhores alternativas de investimentos para o setor cafeeiro, bem como o incentivo ao uso da mecanização, fertilizantes, agrotóxicos e o aumento da produtividade dos grãos.

Com a criação do GERCA, que era subordinado ao extinto IBC, buscou-se consolidar novas estratégias de inovação e modernização da cafeicultura brasileira. Portanto, o objetivo fundamental do GERCA era eliminar, totalmente, todos os cafezais considerados improdutivos.

Entre os anos de 1961 e 1967, foram destruídos dois bilhões de pés de café no Brasil, de um total de 4,5 bilhões. O resultado dessa intervenção foi o surgimento de uma área de 2,7 milhões de hectares, que antes eram ocupados com plantas de baixa produtividade (IBGE, 2016). O governo brasileiro, por meio do GERCA, indenizou 1,5 bilhões de pés de cafés, já os outros 0,5 bilhões foram eliminados pelos próprios proprietários. Nesse sentido, verificou-se que:

[...] uma erradicação dessa monta ocasionou a despensa de milhares de trabalhadores de seus empregos, fato que gerou, um desenfreado fluxo migratório, principalmente, para as cidades, mas também para outras atividades agrícolas em fase de diversificação. (Ortega; Jesus, 2012, p. 41).

Entre o período de 1968 a 1973, as principais regiões produtoras de café “consumiram o total de 60% de todos os fertilizantes demandados pelo país e calcula-se que 1/3 desse total foi consumido pela cafeicultura” (Gonçalves; 1975, p. 18-19). Sobre os processos que envolvem a modernização da agricultura e a expansão da cafeicultura na Região do Cerrado Mineiro, discute-se a seguir.

3 A POLÍTICA DE INCENTIVO À EXPANSÃO DA CAFEICULTURA EM ÁREAS DE CERRADO MINEIRO

Após constantes e seguidas crises de superprodução na economia cafeeira, coube ao Governo Federal, a partir da década de 1960, assumir o papel de ser um grande estado [...] planejador e coordenador das principais atividades econômicas (agricultura, indústria de transformação, distribuição e consumo) dos seguimentos do café” (Saes, 1995, p. 58). Tal iniciativa possibilitou a formação das primeiras redes geográficas no mercado de café nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, localizadas no estado de Minas Gerais.

O Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC) surgiu, a partir dessa reflexão, era preciso organizar a cafeicultura brasileira de forma racional, sistemática e baseada em um projeto contínuo de modernização. O programa visava à renovação e à reestruturação da cafeicultura brasileira através do surgimento de “[...] um parque cafeeiro que produzisse uma média bianual de 28 a 30 milhões de sacas, atendendo adequadamente à demanda interna e externa” (Saes, 1995, p. 88).

A meta estabelecida pelo PRRC objetivava, no entanto, a reestruturação das lavouras de cafés em processo de decadência ou baixa produtividade. A outra finalidade era fomentar a expansão da cultura cafeeira para novas áreas com potencialidade para a produção do grão. Os recursos financeiros para execução do PRRC vieram do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil. No entanto, coube ao extinto IBC e ao GERCA implementar todas as medidas corretivas definidas no plano (Ortega; Jesus; Couto, 2010, p. 02).

O PRRC foi dividido em duas fases de execução estratégica. A primeira etapa ocorreu a partir do ano de 1970 através do lançamento da chamada pública definida como a “Nova Cafeicultura Brasileira” e o lema escolhido foi “Renovar para Salvar”. Já a segunda etapa do

PRRC foi concretizada em 1973, onde o Cerrado Mineiro ingressa e consolida-se, como uma das principais regiões brasileiras beneficiadas com os recursos financeiros e financiamentos públicos destinados à implementação da cafeicultura local.

O IBC/GERCA instituiu, portanto, uma política de padronização e planificação do setor cafeeiro. A ideia inicial era atrelar a cafeicultura brasileira a um pensamento político vigente, onde, predominava uma visão institucional de construção de um projeto político-econômico baseado em um modelo de “país moderno” (Silva; Botelho, 2014, p. 95). O resultado, no entanto, redundaria no desdobramento de uma “produção agrícola igualmente moderna” e adequada às novas demandas internas e externas do país (Silva; Botelho, 2014, p. 96). Coube, assim, ao IBC/GERCA o papel institucional de normatizar o setor cafeeiro brasileiro, adequando-o às novas regras e inovações tecnológicas direcionadas, exclusivamente, para o mercado cafeeiro.

A abrangência dos produtos financiados e que foram contratados pelos cafeicultores mineiros, a partir da década de 1970, correspondeu aos seguintes itens: “[...] plantio, formação de mudas, poda, compra de fertilizantes, defensivos químicos e equipamentos, e, por fim, custear as despesas com infraestrutura. Tais recursos beneficiaram, prioritariamente, a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”. (Ortega; Jesus; Couto, 2010, p. 02).

Até a década de 1970, não existia uma produção em larga escala de café nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o cultivo restringia-se ao consumo domiciliar. Após a vigência do PRRC, o estado de Minas Gerais consolida-se como o principal beneficiário dessa política agrícola que visava atrair produtores de café de outros estados do país, especialmente os advindos da Região Sudeste e Sul do Brasil. Além disso, buscou-se fomentar a prática de novas tecnologias agrícolas, priorizando a ocupação de áreas no estado de Minas Gerais com forte potencialidade para o desenvolvimento da cafeicultura e com pouca incidência de geadas (Ortega; Jesus, 2014).

Durante esse período, paralelamente, foram desenvolvidos outros programas de colonização e desenvolvimento agrícola para as mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba que subsidiaram na implantação e sucesso do PRRC. O primeiro programa é o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados), que iniciou sua atividade no ano de 1972, com recursos provenientes do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O segundo é o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) de 1973, coordenado pela Cooperativa Agrícola de Cotia, em conjunto com o Governo de Minas Gerais e o Governo Federal (Ortega; Jesus, 2014).

Em pouco tempo, o estado de Minas Gerais vai se tornar o principal produtor de café do país, esse fato ocorrerá após as fortes geadas registradas em 1975 no Paraná. Esse estado já foi responsável por 40% de toda a produção de café do país.

Além do PADAP, outros programas foram implementados na região do TMAP a partir da década de 1970, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e, em 1980, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), políticas públicas estatais que foram fundamentais para ampliação e consolidação do modelo tecnológico agrícola difundido pela Revolução Verde em áreas de Cerrado, também conhecidas como Região do Cerrado Mineiro.

Em 1975, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) deu início às primeiras pesquisas sobre as melhores cultivares de cafés adaptados para a região do TMAP. Os primeiros experimentos foram realizados, inicialmente, nas propriedades privadas, e após alguns anos de testes, a EPAMIG decidiu instalar na cidade de Patrocínio, uma unidade experimental para atender as necessidades dos produtores locais (Ortega; Jesus, 2014).

A partir de 1980, visando aumentar a competitividade do produto, os produtores da região do Cerrado Mineiro começaram a fomentar a criação de associações e cooperativas de cafeicultores. Em 1985, foi criada no município de Araguari, a primeira associação de cafeicultores da mesorregião TMAP, a Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA). Além dessas, outras 7 foram constituídas², que deram origem em 1992 ao Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (CACCER), formado, inicialmente, por estas 8 associações, cuja sede está estabelecida em Patrocínio (MG).

O CACCER, atual Expocacer tem a finalidade de fortalecer a cafeicultura desta região e promover a internacionalização do produto “café do cerrado”, cujas ações foram direcionadas visando agregar valor ao produto, como: aumento do controle e rastreabilidade do processo produtivo, criação do conceito de marca coletiva, o uso constante de estratégias de *marketing*, aumento da participação dos cafeicultores em feiras e eventos nacionais e internacionais e, por fim, a mobilização para conquista de certificações e prêmios de qualidade e produtividade (Oliveira; Santos, 2015).

O Expocacer, buscando a consolidação do produto, elaborou um plano estratégico destinado ao reconhecimento do café produzido na região do Cerrado Mineiro como indicação

² As principais associações que foram constituídas na região do Cerrado são: ACARPA, em Patrocínio (1990), ASSOCAFÉ, em Carmo do Paranaíba (1991), AMOCA, em Monte Carmelo (1991), ASSOCORÓ, em Coromandel (1991), ACCAR, em Campos Altos e região (1993); ACANOR, no Noroeste de Minas (1997) e a ACASA, em Sacramento (1998) (ORTEGA; JESUS, 2012).

geográfica junto aos órgãos nacionais e organismos internacionais, como: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial da Propriedade Intelectual e Comissão Europeia (Oliveira; Santos, 2015).

Somente no ano de 1995, os cafeicultores da Região do Cerrado Mineiro deram início ao processo de construção social do registro de indicação geográfica para o produto café. Entretanto, o registro somente foi concedido em 2005, tornando, assim, a Região do Cerrado Mineiro a primeira no país, com área de produção registrada e certificada como indicação de procedência para o produto café junto aos órgãos federais e internacionais (OLIVEIRA, SANTOS; 2015).

Em 31/12/2013, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado foi a primeira região cafeeira do Brasil a receber o registro de Denominação de Origem, Região do Cerrado Mineiro, para o produto café verde em grão e café industrializado torrado em grão ou moído. A Região delimitada compreende uma área definida pela Portaria 165/95, de 27 de abril de 1995, do IMA, abrangendo as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte de São Francisco e do Noroeste de Minas.

Os cafés cultivados com práticas sustentáveis impulsionam o progresso em 55 municípios, proporcionando reconhecimento e valor compartilhado para 4.500 produtores e parceiros. Com um processo único, a produção alcança 5 milhões de sacas de café, destacando-se pelos atributos singulares da Denominação de Origem da Região do Cerrado Mineiro, que são garantidos e comprovados pela qualidade e certificação de origem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, ainda em desenvolvimento, destaca-se pela relevância de explorar a história da cafeicultura no Brasil, desde sua introdução até sua expansão nas diversas regiões do país, com foco particular na última etapa desse processo: a consolidação da região do Cerrado Mineiro como um dos principais polos de produção. Estudos como este são essenciais para entender as transformações socioeconômicas que moldaram a economia brasileira, oferecendo uma visão abrangente sobre como o café se tornou um fator determinante no desenvolvimento nacional.

A importância deste estudo reside na análise dos impactos econômicos, sociais e ambientais da cafeicultura ao longo dos séculos, bem como nas práticas agrícolas e políticas públicas que incentivaram a expansão do setor. Compreender essas dinâmicas é fundamental

para reconhecer o papel do café na formação da estrutura socioeconômica do Brasil e para identificar os desafios e as oportunidades que se apresentam para o futuro da cafeicultura, especialmente em regiões como o Cerrado Mineiro, que tem demonstrado um enorme potencial de crescimento e inovação.

Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, espera-se que suas contribuições sejam significativas para o campo dos estudos agrários e econômicos, fornecendo insights valiosos para acadêmicos, formuladores de políticas e produtores agrícolas. O estudo busca não apenas contextualizar historicamente a expansão da cafeicultura, mas também sugerir direções para políticas futuras que possam maximizar os benefícios socioeconômicos dessa atividade, minimizando seus impactos negativos.

Em suma, este trabalho visa enriquecer o entendimento sobre a cafeicultura brasileira e seu papel crucial na economia do país. Ao aprofundar-se nas particularidades da última grande fase de expansão no Cerrado Mineiro, esta pesquisa contribui para a valorização e reconhecimento de uma região que continua a desempenhar um papel vital na manutenção da competitividade do Brasil no mercado global de café.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARGO, A. P.; CAMARGO, M. B. P. Definição e esquematização das fases fenológicas do cafeeiro arábica nas condições tropicais do Brasil. **Bragantia**, Campinas, SP, v. 60, n.1, p. 65-68, 2001.
- CLEPS JUNIOR, J. **Dinâmica e estratégia do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do Triângulo Mineiro. 1998. (Tese de doutorado). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro: UNESP, 1998. p. 291.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A.S.; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira Contemporânea. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GURGEL, V. A. **Aspectos Jurídicos da Indicação Geográfica**. Brasília: SEBRAE/DF, 2006.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. A geográfica do Café. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- OLIVEIRA, R.S.; SANTOS, N. O valor agregado de produtos com Indicação Geográfica: um estudo de caso da Região do Cerrado Mineiro. In: DIAS, J. C. V.; SÁ MULLER, J. M.; PORTILHO, R. M. R. (Org.). **A propriedade intelectual e os dez anos da lei de inovação**: conflitos e perspectivas. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Gramma, 2015.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. **Café e território**: a cafeicultura no Cerrado Mineiro. Capina, SP: Editora Alínea, 2012.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. de.; COUTO, E. P. **Coordinación de intereses en el café de Brasil: el caso del café de la región del cerrado**. In: II Congreso Latinoamericano de Historia Económica, 2010, Ciudad de México. Anales del II Congreso Latinoamerica de Historia Económica. México: CADHLE, 2010. v. 1. p. 1-26.
- PRIORE, Mary Del. História da Gente Brasileira: Império - Volume 2. São Paulo: Leya, 2016.